

O CONCEITO DE COAVALIAÇÃO: UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR

Paula Ochôa¹, Leonor Gaspar Pinto²

¹CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, poc.paula@gmail.com

²CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, lgpinto@sapo.pt

RESUMO Apresenta-se o conceito transdisciplinar de coavaliação, proveniente da área de Investigação em Avaliação e o seu papel emergente na Ciência de Informação e na Ciência do Cidadão. Sendo cada vez mais pertinente uma discussão em torno deste conceito, adota-se uma perspectiva de meta-avaliação, contextualizando a sua pertinência e trajetória e dando especial destaque aos contextos de desenvolvimento e transferibilidade de competências, necessários à sua implementação. Os resultados da investigação realizada, destacam o papel das competências de coavaliação agrupadas em seis dimensões: a prática reflexiva, a prática de base técnica, a análise situacional, a gestão, as competências interorganizacionais e as competências interpessoais, concluindo-se que a larga experiência da Ciência da Informação em avaliação pode constituir um fator distintivo para a discussão em torno deste conceito.

PALAVRAS-CHAVE *Coavaliação, Ciência da Informação, Ciência do Cidadão, Gestão de competências.*

ABSTRACT This paper presents the transdisciplinary concept of co-evaluation (originated from the Evaluation Research field), as well as its emerging role in Information Science and Citizen Science. Considering the increasing relevance of discussions around this concept, we adopt a meta-evaluation perspective, contextualizing its pertinence and trajectory and giving special attention to development contexts and competences transferability, which are needed for its implementation. The research results emphasize the role of co-evaluation competences grouping them into six dimensions: reflective practice, technical-based practice, situational analysis, management, interorganizational competences and interpersonal competences, concluding that the wide experience of Information Science in evaluation may constitute a distinctive factor for the discussion around this concept.

KEY-WORDS *Co-evaluation, Information Science, Citizen Science, Competencies management.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

A Investigação em Avaliação é transdisciplinar (Scriven, 2003; Davidson, 2005, Patton, 2008a, Alkin, 2011), incluindo um conjunto de abordagens transversais que geram novo conhecimento e sínteses (Klein, 2007; Patton, 2011, 2016), novos conceitos (Patton, 2011; Scriven, 2012), novos intervenientes (Fitzpatrick, Chistie & Mark, 2009), uma agenda global – a EvalAgenda 2020 (Eval Parteners, 2016) - e assumindo um lugar importante no debate realizado nos últimos anos em torno das metodologias de avaliação na área da Ciência da Informação. Eventos como a Northumbria International Conference on

Performance Measurement in Libraries and Information Services (Town & Stein, 2015), a International Conference on Qualitative and Quantitative Methods in Libraries (ISAST - International Society for the Advancement of Science and Technology) ou a Library Assessment Conference (Association of Research Libraries) têm discutido abordagens, práticas e novos contributos.

Perante a diversidade de conceções, pluralismo epistemológico e estratégias no campo da avaliação, um dos mais significativos exemplos da importância deste tema entre os/as profissionais de Informação-Documentação (I-D) foi a publicação, em 2014, de uma norma internacional – a ISO 16394 – sobre *Métodos e procedimentos para a avaliar o impacto das bibliotecas*, tornando o setor um dos pioneiros na aplicação de metodologias mistas para a avaliação dos seus múltiplos impactos e abrindo a oportunidade de envolver diretamente nestas metodologias os cidadãos e as cidadãs.

Em Portugal, destacam-se duas áreas de investigação em torno desta norma:

- a investigação resultante da aplicação em contextos organizacionais (Melo, 2015; Baptista, Matos, Torres & Sanches, 2017), integrando-se na linha de investigação da gestão baseada em evidências;
- a investigação de áreas emergentes que se cruzam temática e metodologicamente com a avaliação de impactos, integrando-se na linha de investigação da sustentabilidade e desenvolvimento de competências, com um enfoque particular na valorização de abordagens participativas em organizações culturais (Ochôa & Pinto, 2015, 2017a), com especial destaque para as bibliotecas públicas (Pinto & Ochôa, 2017b).

Tendo a norma ISO 16394 um elevado potencial de aplicação transdisciplinar decorrente da sua essência metodológica, importa sistematizar as abordagens e métodos que esta postula para obtenção de evidências do impacto de Serviços de Informação (SI), destacando que são os métodos que, em grau variável, recorrem à *interação* com os *stakeholders* que serão preferencialmente usados em abordagens participativas à avaliação, conforme explicitado na Tabela 1.

No estudo do processo avaliativo, a valoração, ou seja, o ato de emitir um juízo de valor, tem merecido particular atenção. Para Scriven (2003, p. 16), “an evaluation must, by definition, lead to a particular type of conclusion - one about merit, worth, or significance - usually expressed in the language of good/bad, better/worse, well/ill, elegantly/poorly, etc.”, dando realce ao papel do/a avaliador/a e às suas competências (Patton, 2008) e às muitas maneiras diferentes pelas quais pode ser envolvido/a no processo avaliativo, dependendo das condições de avaliação – as *condições do/a avaliador/a (evaluator context*, Alkin, 2012). Para Alkin, Vo e Christie (2012), “evaluators can be engaged in valuing by guiding stakeholders in the process of reaching conclusions about value. Evaluators can be engaged in valuing by acting as a social conscience in reflecting on the meaning of findings. Evaluators can assist in valuing by providing stakeholders with the opportunity to actively engage in evaluation and, in that process, themselves determine the worth of an enterprise. And yes, evaluators can perceive their role as personally making a decision of merit or worth.” (p. 39)




As abordagens colaborativas na avaliação apresentam modelos de orientação/princípios adaptados aos contextos e à mudança e propostas de análise e renovação através do diálogo e da investigação sistemática (Cousins, Whitmore & Shulha, 2013). De acordo com Patton (2016, p. 22), um *princípio* pode ser definido como “a fundamental proposition that serves as the foundation for a system of belief or behavior or for a chain of reasoning”, tendo um papel de *conceitos sensibilizantes (sensitizing concepts)*. Uma abordagem baseada em princípios é apropriada quando existe alinhamento e adesão por

diversos/as participantes em processos avaliativos assumindo que os princípios se mantêm os mesmos apesar das necessárias adaptações a vários contextos. As evidências são baseadas em estudos de caso e a sua relevância advém do seu potencial para adicionar valor aos esforços coletivos (Shulha et al., 2015) e a situações complexas (Patton, 2011, 2016).

O foco na qualificação, desenvolvimento de competências e profissionalização dos/as avaliadores/as tem levado investigadores/as, académicos/as e associações profissionais (como é o caso da American Evaluation Society) a criarem e aplicarem taxonomias de competências de avaliação, sendo ilustrativo desta tendência, por exemplo, a taxonomia elaborada pela Canadian Evaluation Society (2010) e o trabalho que, há mais de duas décadas, J A. King e L. Stevahn desenvolvem neste âmbito (King, Stevahn, Ghre & Minnema, 2001; King & Stevahn, 2015). Recentemente, estas autoras aprofundaram o estudo da dinâmica interpessoal na prática avaliativa e no desenvolvimento de competências e estratégias propiciadoras de eficácia na gestão da avaliação, defendendo que a *Prática da Avaliação Interativa (IEP - Interactive Evaluation Practice*, entendida como “The intentional act of engaging people in making decisions, taking action, and reflecting while conducting an evaluation study”) é aplicável a todo o tipo de avaliação, não se restringindo, portanto, à avaliação participativa (King & Stevahn, 2013, p. 14).

A necessidade de ir além do diálogo com os/as vários/as intervenientes no processo avaliativo realizando a avaliação da avaliação deverá fomentar a consciência da necessidade da ação para transformar a situação avaliada. Para potencializar a convergência entre prática e teoria e o desenvolvimento de questões epistemológicas, metodológicas e práticas, Furtado e Laperrière, (2010) consideram que o/a avaliador/a, inserido no grupo participante, deveria encorajar o coletivo a transpor as fronteiras do diálogo, caminhando em direção a uma ação coletiva, permitindo igualmente aos grupos de interesse julgarem e contextualizarem os resultados obtidos (Patton, 2011) através da meta-avaliação (Scriven, 1969).

Tabela 1. Abordagens e métodos para obtenção de evidências do impacto de Serviços de Informação

Inferição	Estatísticas sobre recursos (<i>inputs</i>) e resultados (<i>outputs</i>)	Dados sobre utilização dos SI Dados sobre os/as utilizadores/as
	Indicadores de desempenho	Indicadores de utilização dos SI Indicadores da qualidade de serviço Indicadores que comparam as estatísticas do SI com estatísticas genéricas do sector
	 Dados de inquéritos sobre satisfação dos/as utilizadores/as	Método de medição direta (pontuação diretamente atribuída pelos utilizadores) Análise de discrepâncias (<i>gap analysis</i>)
Solicitação	Questionários sobre impacto	Questões sobre os efeitos do contacto com os SI Opinião sobre a influência que os SI têm
	Entrevistas e grupos de foco	Entrevista estruturada, semi-estruturada, não estruturada, Técnica de Incidente Crítico Entrevista individual / de grupo Entrevista de grupo de foco
	Autoavaliação de utilizadores/as (questionário para auto-revisão crítica dos conhecimentos ou aptidões)	
	Evidências anedóticas/episódicas	Utilizador/a como fonte: comentários, respostas abertas em questionários/ entrevistas Colaboradores/as como fonte: relato de efeitos positivos / negativos do SI em utilizadores/as
Observação	Observação	(Não)Estruturada (Não)Participante (Não)Obstrusiva
	Análise de logs (a partir da interação entre utilizadores / sistemas de informação)	
	 Auto-observação (diários)	
	Análise de citações (em trabalhos / teses de pessoas que utilizaram os SI)	
	 Testes sobre o impacto no conhecimento e aptidões (literacia de informação)	Testes de escolha múltipla sobre competências básicas de literacia de informação Análise do uso de informação em tarefas escritas Análise de portefólios

Legenda:  Métodos participativos / interativos / colaborativos

Baseado em Pinto & Ochoa, 2017b

Neste contexto de alargamento da avaliação participativa, vários temas estão a ser discutidos a nível internacional, incidindo sobre o desenvolvimento do profissionalismo, competências e padrões profissionais, os novos métodos mistos e quais os novos usos da avaliação (Eval Partners, 2016, European Evaluation Society, 2016; International Organization for Cooperation in Evaluation, 2017; Asociación Ibérica de Profesionales por la Evaluación, 2017).

No quadro das principais tendências da investigação e das práticas em avaliação, prefigura-se assim, a *coavaliação* como uma área, uma condição contextual e um conceito emergente (Hill, 2016), em desenvolvimento também no âmbito estratégico da Ciência Aberta (European Commission, 2017) e da Ciência do Cidadão, enquadrada pelo envolvimento dos/as cidadãos/ãs nas práticas da avaliação pública de revisões científicas e avaliação de resultados aliada à necessidade de avaliar os impactos sociais dos projetos (Serrano Sanz, Holocher-Ertl, Kieslinger, Sanz Garcia & Silva, 2014; Ioannidis et al. 2015, Pettibonne, 2016), pelo que é objetivo desta comunicação apresentar as principais características da coavaliação, os seus contextos e as competências necessárias, tendo por base os resultados de um ciclo de investigação (2012-2016) realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito dos mestrados em Ciência da Informação e Documentação e mestrado em Gestão e Curadoria da Informação. Este ciclo de investigação envolveu especialistas, professores/as e alunos/as na discussão da importância do desenvolvimento e transferibilidade de competências de avaliação de impactos como um dos fatores de sucesso da sustentabilidade das redes culturais, identificando os principais desafios epistemológicos (Ochôa & Pinto, 2017a).

CARACTERÍSTICAS DA COAVALIAÇÃO

Tal como outros objetos contemporâneos de avaliação, a abordagem teórica em torno da coavaliação encontra-se em construção, intersetando as teorias da avaliação e as teorias sobre a avaliação, não existindo uma visão unificada. A discussão teórica em avaliação é considerada essencial por vários motivos (Stern et al, 2012):

- a) pode ajudar a apoiar interpretações de dados explicitando um quadro específico;
- b) pode ajudar a preencher lacunas;
- c) pode fornecer um modelo de trabalho com os *stakeholders*;
- d) pode ajudar a previsão e entendimento, explicando ligações causais e efeitos prováveis;
- e) pode tornar explícito os construtos da avaliação.

Adotando o conceito de Chouinard e Cousins (2015), *avaliação participativa* pode ser definida como “a partnership between trained evaluation specialists and programme community members in the co-production of evaluative knowledge about specific programmes or interventions of interest (e.g. projects and policies)” (p. 6). Integra abordagens colaborativas como a *Participatory Action Research* (PAR), a *empowerment evaluation*, a *democratic evaluation* e a *participatory monitoring and evaluation*, entre outras (Cullen & Couryn, 2011). Assim, o conceito de *coavaliação* refere-se aos instrumentos e práticas da avaliação de desempenho participativa envolvendo partes interessadas, realizada em comunidades de práticas avaliativas, em redes interorganizacionais ou inter pares (redes de equipas).

De acordo com Warta (2016), as comunidades avaliativas têm que lidar com três tipos de desafios:

- a monitorização de dados, as novas técnicas de análise de dados e as competências dos avaliadores;
- as novas limitações na avaliação de resultados por parte dos decisores políticos;

- as mudanças nos modelos de avaliação com novas formas de cooperação em consórcio abrangendo uma ampla gama de competências necessárias para lidar com a complexidade do processo de avaliação.

Na agenda de investigação a desenvolver, as comunidades de práticas avaliativas transdisciplinares serão fulcrais para a criação de modelos de coavaliação, tendo os seus membros o papel de cocriadores, coprodutores, utilizadores e avaliadores nas diferentes fases da avaliação participativas, formativa, interativa e construtiva. A inclusão do informal dentro da avaliação tem o potencial de acrescentar a compreensão dos desafios e dos conflitos não explícitos que emergem e das diversas e singulares alianças que se vão estabelecendo em torno dos mesmos (Furtado & Laperrière, 2010).

CONTEXTOS E USOS

A coavaliação encarna um processo simbólico e relacional do uso da avaliação (Kusters et al., 2012) dado o seu foco no envolvimento e interação, manifestando-se em novas audiências como os cidadãos, na necessidade de novas formas de *promoção* (*advocacy* - Patton, 2008b, Eval Partners, 2016) e em novas formas de comportamento informacional colaborativo em contexto laboral (Choo, 2013, Widén, et al. 2014).

Os diversos níveis de participação dos/as cidadãos/ãs em processos científicos – contributiva, colaborativa e cocriativa (Bonney et al, 2009) – realçam o maior nível de envolvimento atingido na fase da cocriação. A perspetiva inovadora da cocriação em Ciência da Informação recai na identificação de conceitos e métodos do Marketing (Urquhart, 2015) e no seu potencial de atuação na avaliação. Ganha agora relevância a compreensão de como diferentes atores criam o seu próprio valor em uso (o valor da prática epistémica) da informação, do conhecimento e das competências, desde fases iniciais do processo de avaliação, dinamizando uma cultura de participação e envolvimento de *stakeholders* (Hofer, 2016), indissociáveis da constatação da importância do desenvolvimento e transferibilidade das competências-chave para a sua implementação e dando resposta às questões relacionadas com os processos de definição, execução e utilização das avaliações, tanto em organizações, como na avaliação de resultados científicos.

Adotando a tipologia de participação em projetos de Ciência do Cidadão de Wiggins e Crowston (2011), podemos considerar que as formas de participação em coavaliação em serviços de informação se enquadram nas iniciativas *orientadas para a ação*, usando a recolha de dados como uma ferramenta de apoio em agendas cívicas, em *projetos de investigação* na área da avaliação de desempenho organizacional que suportem novas evidências e teorias e em *projetos de educação* na área da Ciência da Informação, tanto em oportunidades de aprendizagem formais, como informais.

Todavia, será sobretudo a adoção de uma perspetiva de meta-avaliação – a avaliação da avaliação – que permitirá conduzir a Investigação em Avaliação para novas fronteiras, avaliando os diversos componentes de um processo avaliativo e os/as próprios/as avaliadores/as. Na linha de Furtado e Laperrière, (2010), consideramos que a meta-avaliação poderá fomentar a interação entre a produção teórica e a prática no campo, auxiliar na delimitação de métodos e estratégias e fomentar o rigor ético e científico das práticas avaliativas. Relembramos que a meta-avaliação deve ainda ser entendida como uma experiência de aprendizagem, pois quando se avalia a própria avaliação procura-se compreender a evolução da aplicação de conceitos e práticas avaliativas.

METODOLOGIA

Enquadrada por uma perspetiva de meta-avaliação, a revisão de literatura, dirigida à intersecção entre Ciência da Informação, Avaliação, Gestão de competências e metodologias participativas, proporcionou a base para a identificação e posterior reflexão sobre os domínios e as respetivas competências a mobilizar para a (co)avaliação, nomeadamente pelo seu potencial de inovação/diferenciação em dois contextos:

- a) nos serviços de informação – com a proposta de introdução de novos modelos de avaliação colaborativa.
- b) nos perfis de competências dos profissionais I-D – com a proposta de um domínio especializado em avaliação, com ênfase na transdisciplinaridade.

Para esse processo de (re)construção, foram particularmente relevantes os contributos das taxonomias de competências de avaliadores/as elaboradas por J. A. King e outros (King et al., 2001; King & Stevahn, 2013, 2015), pela Canadian Evaluation Society (2010) e pela International Development Evaluation Association (2012) e ainda o modelo conceptual de competências para uma cultura democrática do Conselho da Europa (Council of Europe, 2016). Complementarmente, foram considerados os princípios do modelo IEP de King & Stevahn (2013) e as competências específicas do/a avaliador/a de desenvolvimento de Patton (2016) pela sua importância para o sucesso e promoção da aprendizagem e reflexão em torno da coavaliação.

Foram escolhidos três fóruns de discussão para a sua difusão: os/as investigadores/as de estudos culturais (Ochôa & Pinto, 2017a), os/as investigadores/as de gestão de recursos humanos, nomeadamente a gestão do talento (Ochôa & Pinto, 2017b) e, no âmbito do EDICIC 2017, os/as investigadores/as em Ciência da Informação.

RESULTADOS – DOMÍNIOS, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS DE COAVIAÇÃO

A partir dos domínios e competências genéricos necessários a um/a avaliador/a, foi possível identificar um conjunto de princípios e competências particularmente relevantes para a coavaliação que surgem referenciados na Tabela 2. Esses princípios e competências realçam a imprescindibilidade da mobilização de competências interpessoais, bem como a importância da interligação necessária entre a coavaliação e a governança da informação colaborativa envolvendo:

- 1) a confiança, criatividade e partilha da informação recolhida e a análise das evidências;
- 2) a gestão do conhecimento das áreas de fronteiras epistémicas como um fator determinante na avaliação;
- 3) o desenvolvimento de competências em coavaliação tendo por base a transferência de conhecimentos em modelos de competências que contemplem dimensões de práticas reflexivas, práticas de base técnica, análise situacional, gestão, interorganizacionais e interpessoais.

No seu conjunto, a análise das práticas avaliativas colaborativas constitui igualmente um importante aspeto das práticas informacionais emergentes em contexto laboral, contribuindo para novas

abordagens teóricas onde são destacados múltiplos níveis (individual, interorganizacional e interorganizacional) e processos complexos como a partilha e cocriação de contextos de avaliação.

CONCLUSÕES

Num contexto de alargamento e discussão do uso de metodologias de avaliação por um maior número de participantes em conjunto com a comunidade científica, o conceito de coavaliação pode surgir como um ponto de convergência para a contextualização, sistematização e análise da eficácia dos vários tipos de avaliação e para os vários tipos de participações. A sua conjugação com a avaliação de impactos é seguramente um caminho a aprofundar, tomando como base metodológica, por exemplo, as abordagens e métodos para obtenção de evidências do impacto consubstanciadas na norma ISO 16394 e a larga experiência da Ciência da Informação em avaliação enquanto fator distintivo para a discussão em torno dos novos usos da avaliação.

No âmbito das competências, o/a avaliador/a deve ser um/a facilitador/a das interações (Stevahn & King, 2016), competência que os profissionais de I-D já mobilizam com os seus utilizadores e utilizadoras noutros domínios e que poderão facilmente transpor para o da avaliação como um fator distintivo da sua atuação e dos focos da sua investigação.

Tabela 2. Domínios e competências de (co)avaliação

Domínios	Competências genéricas do/a avaliador/a	Princípios e competências específicas para coavaliação
Prática reflexiva (foco nas normas e valores fundamentais da prática avaliativa e na consciência das competências e necessidades de crescimento pessoais)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicar as normas que regulam a avaliação 2. Agir de modo ético, com integridade e honestidade 3. Respeitar todos os <i>stakeholders</i> 4. Atender aos direitos humanos e ao bem comum 5. Adotar uma perspetiva independente e imparcial 6. Ter consciência de si enquanto avaliador/a (conhecimentos, capacidades) e refletir sobre a prática avaliativa (competências e áreas de desenvolvimentos) 7. Estar orientado/a para o desenvolvimento profissional, contribuindo para a melhoria da prática avaliativa 	<ol style="list-style-type: none"> 8. Respeitar a cultura <ul style="list-style-type: none"> o Conhecer-se a si mesma/o e respeitar a diversidade dos <i>stakeholders</i> o Clarificar pressupostos, valores, perspetivas e expetativas culturais
Prática de base técnica (centra-se nos aspetos especializados da avaliação)	<ol style="list-style-type: none"> 9. Compreender a base de conhecimento da avaliação (teorias, modelos, tipos, métodos e ferramentas) 10. Realizar revisões de literatura 11. Especificar a estrutura conceptual do objeto de avaliação (ex.: <i>Program theory</i>) 12. Determinar o propósito da avaliação 13. Determinar a avaliabilidade do objeto 14. Fazer o enquadramento das questões de avaliação 15. Desenhar a avaliação 16. Definir os métodos de avaliação (quantitativos, qualitativos e mistos) 17. Identificar as fontes dos dados 18. Desenvolver medidas/ferramentas fiáveis e validas 19. Recolher dados 20. Avaliar a validade e fiabilidade dos dados 21. Analisar e interpretar dados 22. Extrair conclusões e fazer recomendações 23. Reportar procedimentos e resultados da avaliação 24. Assinalar os pontos fortes e as limitações da avaliação 25. Realizar meta-avaliações 	<ol style="list-style-type: none"> 26. Utilizar métodos e mobilizar competências propiciadores de abordagens criativas
Análise situacional (foco na análise do contexto específico e único que é objeto de avaliação)	<ol style="list-style-type: none"> 27. Respeitar a especificidade do contexto e do cliente 28. Examinar o contexto (organizacional, social, económico, cultural) 29. Compreender o <i>status quo</i> (estado atual) e os desenvolvimentos registados no passado (história) 30. Criar cenários e visões de futuro(s) 31. Identificar os <i>stakeholders</i> afetados 32. Identificar os interesses de todos os <i>stakeholders</i> 33. Atender às necessidades de informação dos/as utilizadores/as 34. Cuidar da aplicação da avaliação 35. Atender à mudança organizacional e ambiental 36. Aplicar as competências de avaliação em resposta aos desafios colocados ao nível da organização e medição 37. Estar aberto/a aos contributos (inputs) e à diversidade de opiniões e perspetivas 38. Alterar a avaliação sempre que necessário 	<ol style="list-style-type: none"> 39. Examinar o contexto <ul style="list-style-type: none"> o Identificar o contexto situacional/ organizacional/ cultural 40. Ser capaz de distinguir entre simples, complicado e complexo 41. Atender à existência à dinâmica política forças políticas
Gestão	<ol style="list-style-type: none"> 42. Definir os parâmetros, planos e consensos para a realização do trabalho 43. Atender aos aspetos de viabilidade da avaliação 	<ol style="list-style-type: none"> 50. Estruturar a interação

(centra-se no processo de gestão do projeto / da avaliação)	44. Identificar os recursos necessários (humanos, financeiros, físicos e tecnológicos) 45. Monitorizar os recursos que foram afetados (humanos, financeiros, físicos e tecnológicos) 46. Coordenar, supervisionar e formar outros 47. Reportar os progressos e resultados 48. Identificar e mitigar problemas 49. Gerir processos de gestão de conhecimento (transferindo e transformando conhecimento) e competências-chave	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ser facilitador/a de tarefas que criem uma interação positiva entre os/as participantes
Interorganizacional (foco no funcionamento em rede)	51. Estabelecer a ligação entre a avaliação <i>on going</i> dos processos de governança do trabalho em redes com os processos intraorganizacionais 52. Estabelecer a ligação entre a avaliação de diferentes políticas e os seus efeitos e impactos em várias áreas 53. Estabelecer o foco avaliativo nos processos de interação interorganizacional e intercultural, recolhendo e disseminando informação relevante entre os vários intervenientes	54. Valorizar os relacionamentos interprofissionais e interdisciplinares <ul style="list-style-type: none"> ○ Ser capaz de fazer uma gestão de fronteiras profissionais (<i>professional boundary management</i>) e interdisciplinares
Interpessoal (competências / aptidões pessoais necessárias à prática avaliativa)	55. Comunicar por escrito e através de tecnologias 56. Comunicar oralmente 57. Saber ouvir e observar 58. Empatia 59. Saber negociar 60. Ser capaz de resolver conflitos 61. Agir como facilitador/a (trabalho em grupo) 62. Facilitar a interação interpessoal (individual e equipas) 63. Ser capaz de cooperar e colaborar em comunidades de práticas 64. Atender às questões da diversidade e cultura 65. Demonstrar credibilidade profissional	66. Foco intenso nos relacionamentos: mobilização de competências interpessoais 67. "Pessoalizar": <ul style="list-style-type: none"> ○ Valorizar os fatores pessoais e interpessoais ○ Identificar <i>stakeholders</i>/líderes dispostos a envolver-se 68. Dispor de tempo (os processos interpessoais necessitam de tempo) 69. Ser capaz de gerir conflitos de forma construtiva (os conflitos vão surgir)

Baseado em: Ochôa & Pinto, 2017a; King & Stevahn, 2013; Patton, 2016.

O conhecimento mais disseminado de como, onde e quando avaliar participativamente, representa o próximo patamar a atingir dentro e fora desta comunidade profissional e científica. Sendo uma área ainda pouco explorada, é necessário compreender melhor o papel dos vários *stakeholders* como coavaliadores, nomeadamente para se aferir os benefícios, quais as circunstâncias em que esses benefícios ocorrem e qual a sua importância nos modelos e práticas de avaliação em serviços de informação. O seu desenvolvimento implica várias iniciativas:

- Uma especial atenção na formação académica em Ciência da Informação, através da criação de unidades curriculares especializadas em avaliação de desempenho, visando a promoção de investigação sobre avaliação, com impacto a nível nacional e internacional;
- A criação de uma cultura de avaliação nos serviços de informação que garanta as estratégias de gestão da qualidade e promova o debate sobre a avaliação da sustentabilidade;
- A criação de comunidades avaliativas com competências especializadas e capacidade de atuação no setor ID e noutro tipo de organizações;
- A criação de redes de *stakeholders* e parceiros em projetos de coavaliação, visando um maior número de designs e métodos de avaliação;
- O estudo das práticas de avaliação colaborativas enquanto elementos integrantes do comportamento e cultura informacional em contexto laboral e científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alkin, M. C. (2011). *Evaluation essentials: From A to Z*. New York, NY: Guilford Press.

Alkin, M. C. (2012). Context sensitive evaluation. In M. C. Alkin (Ed.), *Evaluation roots: A wider perspective of theorists' views and influences* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage

Alkin, M. C., Vo, A., & Christie, C. A. (2012). The evaluator's role in valuing: Who and with whom. *New Directions for Evaluation*, 133(Spring), 29-41.

Baptista, L., Matos, G., Torres, P., & Sanches, T. (2017). Assessing academic library spaces impact on user's behaviour with the ISO 16439: 2014 (E). *9th International Conference on Qualitative and Quantitative Methods in Libraries QQML 2017*, Limerick. Disponível em <http://www.isast.org/sessionsprogram2017.html>.

Bonney, R. et al. (2009). *Public participation in scientific research: Defining the field and assessing its potential for informal science education*. Washington, D.C.: Center for Advancement of Informal Science Education.

Bonney, R., Phillips, T., Ballard, H., & Enck, J. (2016). Can citizen science enhance public understanding of science? *Public Understanding of Science*, 25(1), 2-16.

Brophy, P. (2006). *Measuring library performance: principles and techniques*. London: Facet Publishing.

Canadian Evaluation Society (2010). *Competencies for Canadian evaluation practice*. Renfrew: CES. Disponível em http://www.evaluationcanada.ca/txt/2_competencies_cdn_evaluation_practice.pdf.

Choo, C. W. (2013). Information culture and organizational effectiveness. *International Journal of Information Management*, 33(5), 775-779.

Chouinard, J. A., & Cousins, J. B. (2015). The journey from rhetoric to reality: participatory evaluation in a development context. *Educ Asse Eval Acc*. 27, 5–39. DOI 10.1007/s11092-013-9184-8.

Council of Europe (2016). *Competences for democratic culture: living together as equals in culturally diverse democratic societies*. Strasbourg: Council of Europe.

Cousins, J. B., Whitmore, E., & Shulha, L. M. (2013). Arguments for a common set of principles for collaborative inquiry in evaluation. *American Journal of Evaluation*, 34, 7–22.

Cullen, A., Couryn, C.L.S. (2011). Forms and Functions of Participatory Evaluation in International Development: A Review of the Empirical and Theoretical Literature. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 7 (16), 32-47.

Davidson, E.J. (2005). *Evaluation methodology basics: the nuts and bolts of sound evaluation*. Thousand Oaks, CA: Sage.

European Commission (2017). *Next-generation metrics: Responsible metrics and evaluation for open Science*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em <https://ec.europa.eu/research/openscience/pdf/report.pdf>

European Evaluation Society (2016). *12 EES Biennial Conference – Evaluation futures in Europe and beyond: connectivity, innovation and use*. Maastricht, 26-30 september 2016.

Eval Partners (2016). *EvalAgenda 2010: Global Evaluation Agenda 2016-2020*. Disponível em <https://evalpartners.org/sites/default/files/files/Evalagenda2020.pdf>

Fitzpatrick, J., Christie, C. A., & Mark, M. (2009). *Evaluation in action: Interviews with evaluators*. Thousand Oaks, CA: Sage.

- Furtado, J. P., & Laperrière, H. (2010). Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: Uma revisão exploratória e reflexiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3):695-705.
- Hill, S. (2016). Research impact and its assessment - lessons from the UK experience. *Open evaluation 2016. International RTI policy evaluation conference. Vienna, 24-25 november 2016*.
- Hofer, H. (2016). Co-designing research projects: Citizen Science meets stakeholder involvement. *First ECSA Conference 2016 Citizen Science - Innovation in Open Science, Society and Policy*.
- International Development Evaluation Association (2012). Competencies for Development Evaluation Evaluators, Managers, and Commissioners. Disponível em http://dmeforpeace.org/sites/default/files/114_IDEAS%20Competencies%20Booklet.pdf
- Ioannidis J.P.A., Fanelli D, Dunne D.D & Goodman S.N. (2015) Meta-research: Evaluation and Improvement of Research Methods and Practices. *PLoS Biol* 13(10): e1002264. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002264>. Disponível em <http://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.1002264>
- ISO 16394. (2014). *Methods and procedures for assessing the impact of libraries*.
- King, J. A., & Stevahn, L. (2013). *Interactive Evaluation Practice: Mastering the interpersonal dynamics of program evaluation*. Los Angeles: Sage.
- King, J. A., & Stevahn, L. (2015). Essential competencies for program evaluators. Disponível em <http://www.cehd.umn.edu/OLPD/MESI/spring/2015/KingStevahn-EssentialCompetencies.pdf>.
- King, J. A., Stevahn, L. Ghery, G., & Minnema, J. (2001). Toward a taxonomy of essential evaluator competencies. *American Journal of Evaluation*, 22(2), 229-247.
- Klein, J. T. (2007). Interdisciplinary approaches in Social Science research. In W. Outwaite & S.P. Turner (Eds) *The Sage handbook of Social Science methodology* (pp 32-49). Los Angeles. Sage.
- Kusters, C., Van Vugt, S., Wigboldus, S., Williams, B., & Woddhill, J. (2011). *Making evaluations matter: A practical guide for evaluators*. Wageningen, The Netherlands: Centre for Development Innovation, Wageningen University & Research Centre.
- Melo, L.B., Cruz, C., & Sá, I. (2015). Avaliação do impacto de uma biblioteca universitária. In *Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015 (Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/19107>.
- Ochôa, P., & Pinto, L. G. (2015). Informação e cultura na agenda pós-2015: análise das dinâmicas de convergência na avaliação de impactos. *Páginas A & B*, 3(3), 37-51.
- Ochôa, P., & Pinto, L. G. (2017a, no prelo). Cocriação de valor e aprendizagem colaborativa em organizações culturais: os desafios, as práticas e as competências necessárias para a avaliação de impactos. In *Atas do Congresso Internacional Redes de Cooperação Cultural: um olhar sobre a realidade lusófona*, Braga, Universidade do Minho, 2016, 15-16 de novembro.

Ochôa, P., & Pinto, L.G. (2017b, no prelo). Competências e métricas de coavaliação: novos contextos na gestão e motivação. *Revista Ciências e Políticas Públicas*, número especial Gestão do Talento: do conceito às práticas na gestão de pessoas.

Patton, M. Q. (2008a). *Utilization-focused evaluation*. Thousand Oaks: Sage.

Patton, M. Q. (2008b). Advocacy impact evaluation. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 5(9), 1-10.

Patton, M. Q. (2011). *Developmental evaluation: Applying complexity concepts to enhance innovation and use*. New York, NY: Guilford Press.

Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research and evaluation methods* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Patton, M. Q. (2016). State of the art and practice of developmental evaluation: Answers to common and recurring questions. In M. Q. Patton, K. McKegg, & N. Wehipeihana (Eds.), *Developmental evaluation exemplars: Principles in practice* (pp. 1–24). New York, NY: Guildford Press.

Pettibone, L. et al. (2016). *Citizen science for all – a guide for citizen science practitioners*. Leipzig: Berlin-Brandenburg Institute of Advanced Biodiversity Research (BBIB), Museum für Naturkunde.

Pinto, L. G., & Ochôa, P. (2017a, no prelo). Public libraries' contribution to Sustainable Development Goals: gathering evidences and evaluating practices. In *Proceedings of 83rd IFLA General Conference and Assembly, 19–25 August 2017, Wrocław, Polónia*.

Pinto, L. G., & Ochôa, P. (2017b, submetido). Avaliar o impacto de bibliotecas: trajetórias de aprendizagem internacional. *Páginas A & B*.

Scriven, M. (1969). An introduction to metaevaluation. *Educational Products Report*, 2, 36- 38.

Scriven, M. (2003). Evaluation theory and metatheory. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International handbook of educational evaluation* (pp. 15–30). Boston, MA: Kluwer.

Scriven, M. (2012). Conceptual revolutions in evaluation. In M. C. Alkin (Ed.), *Evaluation roots: A wider perspective of theorists' views and influences* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Serrano Sanz, F., Holocher-Ertl, T., Kieslinger, B., Sanz Garcia, & Silva, C. G. (2014): *White paper on Citizen Science in Europe. European Commission*. Disponível em http://www.zsi.at/object/project/2340/attach/White_Paper-Final-Print.pdf.

Stevhan, L., & King, J. A. (2016). Facilitating Interactive Evaluation Practice: Engaging stakeholders constructively. *New directions for evaluation*, 149, Spring, 67-80.

Shulha, L. M., Whitmore, E., Cousins, J. B., Gilbert, N., & Al Hudib, H. (2015). *Evidence based principles to guide collaborative approaches to evaluation: Technical report*. Ottawa: Centre for Research on Educational and Community Services, University of Ottawa.

Stern, E. D., Stame, N., Mayne, J., Forss, K., Davies, R., & Befani, B. (2012). *Broadening the range of designs and methods for impact evaluations*. Working Paper 38. London, DFID. Disponível em http://www.dfid.gov.uk/r4d/pdf/outputs/misc_infocomm/DFIDWorkingPaper38.pdf.

Town, J., & Stein, J. (2015). Ten Northumbria Conferences: the contribution to library management. *Library Management*, 36(3). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1108/LM-11-2014-0135>.

Urquhart, C. (2015). Reflections on the value and impact of library and information services. Part 1: Value identification and value creation, *Performance Measurement and Metrics*, 16(1), 86-102. Disponível em <https://doi.org/10.1108/PMM-02-2015-0005>.

Warta, K. (2016). The changing challenges of RTI evaluation in Europe - experience, observations and Outlook. *Open evaluation 2016. International RTI policy evaluation conference*. Vienna, 24-25 november 2016.

Wenger, E., McDermott, R., & Snyder, W. M. (2002). *Cultivating communities of practice*, Boston: Harvard Business School Press.

Widén, G., Steinerová, J., & Voisey, P. (2014). Conceptual modelling of workplace information practices: a literature review. *Information Research*, 19(4). Disponível em <http://InformationR.net/ir/19-4/isic/isic08.html>.

Wiggins, A., & Crowston, K. (2011). From conservation to crowdsourcing: A typology of citizen science. In *Proceedings of the Forty-fourth Hawai' International Conference on System Science (HICSS-44)*, Koloa, HI, 1/2011. Disponível em <http://andreawiggins.com/research/Wiggins2011HICSS.pdf>.

